

Congresso ameaçado

1983
17

Certa vez, fui à Grã-Bretanha, acompanhando delegação parlamentar. O presidente da Câmara dos Comuns, o speaker, que tão fidalgamente nos acolheu, era um solteirão assanhado que se tocava com a presença de um dos membros de nossa embaixada, rapagão de 1,90 de altura. A certa altura do almoço, empolgado, não resistiu: "Da presidência, não posso acenar pra você. Vou olhar, porém, pra você lá na galeria". Dito e feito. Afora contemplar o arquear de sobrancelhas do presidente, não podíamos fumar. Ler nem conversar.

Em fevereiro, tentei conhecer, em Berlim, o Parlamento suíço, na companhia do correspondente do CORREIO, Frota Neto. Dei com a cara no chão. Não era tempo de sessão legislativa. As visitas estavam assim, proibidas. Na mesma época, tentei ir à Assembléa Nacional Portuguesa. Também lá não pude entrar. Assim foi no Bundestag, da Alemanha, no Soviet Supremo em Moscou, onde também estive.

Dizem-me que só se entra na Câmara dos Representantes ou no Senado dos Estados Unidos com autorização de um parlamentar. Lá, há manifestações populares ante o Legislativo. Pressões sobre deputados e senadores. Mas do lado de fora do prédio, preservados os parlamentares, em sua integridade física.

No Brasil, como vemos, estamos longe, muito longe de estabilidade inglesa ou norte-americana. O Parlamento, porém, é feito casa de sogra. Escancarado, a todo dia e a todo o mundo. Ali se encontra gente com qualquer roupa, aos magotes, com embrulhos e bolsas que não são revistados. Nas galerias do Congresso, pode-se gritar contra deputados e senadores, duvidar, em voz alta, de sua masculinidade ou da honorabilidade de suas mães. Pode-se até alvejá-los com moedas, panfletos ou pedaços de poltronas.

Um dia desses, rejeitou-se o 2.024 e as galerias comandaram o espetáculo. Terça-feira, oitocentos biomédicos e farmacêuticos desfilaram pelos corredores do Senado, tentando coagir os pais da pátria. Segunda-feira, estarão chegando,

com a mesma finalidade, três mil garimpeiros de Serra Pelada. O Executivo quer remanejar o garimpo e o pessoal descarrega no Congresso. O Governo está sufocado em crises e tenta transferi-las para o Congresso.

As tropas do General Meira Matos já não mais invadem o Congresso para impedir seu funcionamento, desde 1968. Em 1977, a Casa foi fechada apenas por um aviso do Presidente Geisel. Agora ela está sendo coagida, de fora, pelo secretário do Tesouro americano, pelo gerente do FMI, e de dentro pelos ministros de Estado, que querem aprovar o Decreto-lei 2.045 e obter a cassação do cacique Juruna.

Assim não dá para construir a democracia brasileira com que sonhamos.

Se as galerias são uma claue que se pode montar igual às que se engalfinhavam no passado, nos auditórios da Rádio Nacional, por Marlene ou Emilinha Borba, e elas comandam o voto do Congresso, estamos a um passo da anarquia.

Se o Governo pretende que o Congresso vote o que o FMI nos impõe, também não dá.

É triste a situação do Congresso Nacional. Durante dezenove anos esteve alijado do centro das decisões políticas. Foi o Executivo, sosinho, quem nos levou à inflação de 200%, ao endividamento de cem bilhões de dólares, às obras faraônicas, aos problemas da Delfin, Polonetas, Coroa-Brastel. Agora, que estamos falidos, levam à conta ao Legislativo. Não é engraçado? Querem responsabilizá-lo por tudo quanto não fez.

COAÇÃO, NÃO

Em 1968, os deputados que negaram a licença para processar Márcio Moreira Alves se encontravam plenamente advertidos das consequências de seus atos. Depois do desafio, cantaram o Hino Nacional e foram aos bancos retirar dinheiro. O próprio Márcio fugiu, no ato, para o exterior. Isso mostra que o Congresso se rende à negociação. Jamais à pressão ostensiva. Com a faca nos peitos, não dá.

LUSTOSA DA COSTA